



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA.

Mário Medeiros da Silva[i]

Josaniel Vieira da Silva [ii]

Yasmin rodrigues da rocha[iii]

RESUMO

Este trabalho relata uma experiência de formação continuada no Centro de Ressocialização do Agreste (CRA município de Canhotinho-PE, objetivando contribuir para o letramento dos ressocializados daquele inst. Iniciado em 2009 está em vias de conclusão, agora em 2013. O trabalho parte do entendimento de que a ressocialização se torna mais efetiva quando os apenados estão "letrados". Metodologicamente se assentou em atividades formativas orientadas por contribuições do sócio-interacionismo. Insistiu-se na produção e manuseio de materiais, argumentos e exemplos inspirados no contexto socioeconômico e cultural dos ressocializados de modo a favorecer a participação mais efetiva dos mesmos nas aulas.

Palavras-chaves: ECRO-Esquema conceptual referencial operativo, Formação docente continuada; Ressocialização

ABSTRACT

This paper reports an experience of continuous training at the Center for resocialization of the Wasteland (CRA) in the municipality of Canhotinho-PE aiming to contribute to the literacy of that institute's ressocialized inmates. Started in 2009, it is nearing completion, now in 2013. The work starts from the understanding that the process of socialization is more effective when the inmates are "literate". Methodologically, it is based on formative activities guided by socio-interactionism. Insisted on the production and handling of textbooks, arguments and examples in the socioeconomic and cultural context of ressocialized inmates to favor a more effective participation of the same class.

Keywords: Conceptual scheme reference ECRO-operating teacher training continued; resocialization.

1. Introdução

O aumento da violência vem contribuindo para a superlotação dos estabelecimentos prisionais, não só praticamente em todos os países do mundo. O fenômeno tem se caracterizado, sobretudo, pelo aumento da população dos encarcerados e consequente complexificação das ações preventivas e de reparação do comportamento. A elevação da escolaridade desse público se mostra como uma ferramenta capaz de potencializar as oportunidades de reinserção social desses apenados quando da obtenção de sua plena liberdade e cidadania. No Agreste Meridional essa óbvia constatação, ganha contornos dramáticos diante de uma outra constatação específica do Centro de Ressocialização do Agreste-CRA, cerca de 85% dos apenados são analfabetos e a totalidade dos 15% restantes, analfabetos funcionais. As autoridades educacionais, os formadores de professores e educadores em geral não podem seguir voltando às costas para essa dura realidade.

É de se ressaltar que a educação em ambientes prisionais apresenta peculiaridades muito distintas do processo

que acontece em ambientes escolares formais, e que essas peculiaridades podem repercutir intensamente do trabalho pedagógico. No que se refere ao educando ao entrar na instituição penal ele é seriamente desesperado pela perda da liberdade e pelo desconhecimento do novo mundo em que viverá. Assim, no processo de adaptação ao presídio, o apenado passa por uma quase despersonalização, em que ele praticamente forja outra identidade (Onofre, 2007).

No que se refere a ressocialização a educação ainda não é tratada como uma prioridade embora seja um considerável aparato legal. A Lei nº **12.245 de 24 de maio de 2010** altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 1984 – Lei de Execução Penal, para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios destinadas a um ensino básico e profissionalizante. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, é um importante instrumento legal que no Artigo 3º busca incentivar a criação de propostas de educação em condições de igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno no processo educativo. No seu Artigo 37º, a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Apesar da lei, em muitas instituições de ressocialização a principal preocupação continua sendo manter os presos privados de sua liberdade. A escola, dentro desse ambiente, é vista como um espaço estranhamente diferente. Um dos resultados dessa visão é a predisposição negativa que o ambiente prisional assim configurado produz no trabalho intelectual. Um outro é a elevada rotatividade de alunos provocada pela rotina disciplinar do estabelecimento à revelia das normas universalmente aceitas como condição para uma escolarização bem sucedida.

Nesse contexto a motivação de ir à escola para aprender deixa de ser preponderante. Preponderante é a remissão de pena, a liberdade condicional e o direito de trabalhar. Nessas condições uma ressocialização autônoma com um objetivo quase impossível de ser alcançado uma vez que não há como ignorar que o processo de ressocialização torna mais efetivo quando ocorre concomitantemente com um letramento. E porque é assim. É assim porque a sociedade humana numa sociedade democrática calcada na ciência e na tecnologia, como é o caso da nossa, exige que os cidadãos para se inserirem produtivamente no mundo da cidadania e do trabalho com alguma possibilidade de sobrevida tenham um cabedal de conhecimento equivalente a pelo menos o Ensino Básico completo.

Sabemos que há por parte do Estado ações mais ou menos constantes de combate ao analfabetismo. Sabemos que muitas vezes essas ações de combate são realizadas de forma romântica através de Programas de Alfabetização de curta duração, que geralmente não alcançam adequadamente os estabelecimentos prisionais. Sabemos ainda que não alcançam, em boa parte dos casos a metodologia utilizada não considera as peculiaridades do grupo humano que se destina e na maioria das vezes fracassam, embora algumas vezes resultem satisfatórias para um número limitado de indivíduos. Nestas circunstâncias a reintrodução bem sucedida da maioria dos apenados à sociedade torna-se praticamente utópica. Isso se torna um problema porque em sociedades que florescem em ambientes plurais e de informação instantânea o caminho de acesso ao conhecimento científico complexo não pode continuar sendo feito por poucos.

Tomando em consideração a legislação vigente a educação adequada à realização da escolaridade dos jovens e adultos entendida como modalidade de educação ressocializadora. Esta tem como um dos seus princípios a Conferência Regional Preparatória da V CONFITEA "... ser parte integrante da política global do Estado e da região para garantir maior equidade nos sistemas educativos da região" (SOUZA, 2003:13). Dito de outra forma, o programa deve cristalizar como um importante instrumento para a ressocialização do detento, fazendo com que as propostas nas prisões, contribuam para a reinserção social. Entretanto, a alfabetização oferecida a esse público específico de educação de qualidade, deve resultar em letramento e no fortalecimento da crença de que o aprendizado escrito é necessariamente uma das entradas mais promissoras para a via da ascensão social. Sendo assim, os objetivos específicos do projeto se configuram como segue: 1. Contribuir para a ressocialização de apenados através da compreensão de mundo propiciada pelo Letramento; 2. Incentivar o prosseguimento de estudos e a profissionalização na sociedade contemporânea; 3. Ampliar o alcance da graduação em Pedagogia, no que se refere aos resultados da formação continuada, de modo a torná-la mais efetiva ao atendimento de necessidades e expectativas dos encarcerados; 4. Propiciar aos estudantes do Curso de Pedagogia contatos com uma clientela educacional através do fazer pedagógico específico; 5. Articular pesquisa e extensão no CRA de Canhotinho-PE.

2. Opções teórico-metodológicas

Tais objetivos exigem uma metodologia calcada na compreensão da estrutura cognitiva dessas pessoas d circunstâncias em que se encontram, se configura com características especiais. Com isso em vista pr formação continuada das professoras da Educação de Jovens e Adultos inseridas no processo de Alfabetizaçã de apenados do CRA Canhotinho/PE, contornos específicos.

Claro que não há uma fórmula pronta de alfabetização e letramento que funcione sem falhas em todas as ressocialização ou em outra escola qualquer. Se há nós a desconhecemos. A ciência, entretanto, pode construir caminhos que em situações e casos específicos multiplicam nossas chances de acerto. Um dos trilhamos foi o da pesquisa-ação sob a forma de grupo operativo.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita a uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes repi situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (Thiollent,1985:14).

Define-se como grupos operativos aqueles centrados numa tarefa (cura, se for terapêutico; aquisição de con for um grupo de aprendizagem) e que preencham as condições dos 3 M: 1- motivação para a tarefa; 2- papéis a serem desempenhados;3- disponibilidade para as mudanças que se fazem necessárias. (RITTER et a

A pesquisa-ação sob a forma de grupo operativo iniciada com apenados do CRA de Canhotinho- PE, em 200 mapear o Esquema Conceptual Referencial Operativo-ECRO de um grupo de 25 apenados, nos permitiu iden de conceitos epistemofílicos que, no nosso entendimento, eram responsáveis por condutas antissociais descrença nas próprias possibilidades de sucesso na aquisição do conhecimento escolar, e que em específicas, contribuíram fortemente para o cometimento dos delitos que os levaram a prisão (MEDEIROS &.S

Pichon-Rivière (1977) define ECRO "como um conjunto organizado de conceitos gerais, teóricos, referidos real, a um determinado universo de discurso, que permite uma aproximação instrumental ao objeto particu ADAMSOM, 2008, p. 01) De maneira mais clara, pode-se dizer que *ECRO* é o conjunto de experiências, cc afetos com os quais o sujeito pensa/sente/age.

Na prática o trabalho se assentou no diálogo reflexivo e na reflexão sobre a ação configurados sócio-interacionismo. Para Lacan (1975 citado por DOR, 1989, p. 12), "cada vez que um homem fala a ou autêntica e plena, há, no sentido próprio, transferência simbólica, e ocorre alguma coisa que muda a nat seres em presença".

Transposto para a formação continuada o diálogo reflexivo e a reflexão sobre a ação, levado a efeito com os a partir destes com os apenados, possibilitou, de modo retroalimentado, a produção e manuseio de mat favorecedores da participação do aluno nas aulas, agora orientadas para a compreensão e intervençã socioeconômico e cultural de sua comunidade. Esse trabalho se realizou sob a forma de oficinas em difer conhecimento respeitando-se em linhas gerais o desenvolvimento histórico da EJA no Brasil. , "Essa educaç adultos se ancora em estratégias que favorecem processos de ressocialização (recognição e reinvençã saberes escolares e de práticas organizativas orientadas a aumentar e consolidar as capacidades individuais Contribuir para a transformação da realidade e desses sujeitos (SOUZA, 1994, p.74-75).

3. Educação em Ambientes Prisionais

As Diretrizes Curriculares Nacionais, embora comprometidas em contemplar a diversidade social, étnica e cu no Brasil não alcançavam especificamente os estabelecimentos prisionais. Este fato por si só fazia com que a é um direito de todos, não fosse ofertada aos cidadãos brasileiros em privação de liberdade dentro respeitadores das características dessa clientela. Na perspectiva de preencher essa lacuna da oferta, e p; ensino nas nossas penitenciárias, foram elaboradas a Resolução no- 03, de 11 de março de 2009, do Ministé da Educação que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos estabeleciment Resolução no 2, de 19 de maio de 2010 que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educaçã

adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

A intenção fundante desses diplomas legais é a de que as instituições carcerárias se tornem mais humanas uma ressocialização mais consistente e mais adequada a reinserção de ex-apanados à sociedade. O sistema brasileiro como tantos outros, precisa proporcionar uma educação que possibilite ao detento ou ex-detento estratégias de sua volta à sociedade. A capacidade de reflexão e de formação pessoal propiciada por um curso pertinente, poderão ajudá-lo em futuros esforços de inserção no mercado de trabalho e consequentemente na vida social. Esta consciência, só aflora com a análise crítica de sua inserção no mundo em que vive. Neste sentido (1980:26) afirma que:

A conscientização é[...]um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encaminhamos a analisá-lo. (...) A conscientização não pode existir fora da "práxis", ou melhor, ação-reflexão. Esta unidade dialética constituiu, de maneira permanente, o modo de transformar o mundo que caracteriza os homens.

Posto dessa forma, a educação em ambientes prisionais se torna um decisivo instrumento para a ressocialização e a proposta de educação nas prisões joga um papel determinante para a reinserção social. Esta educação orienta para a busca do alargamento da consciência. Ela se impõe como:

uma consciência crítica ativa por meio da qual se apreendem as analogias e desanalogias. Os demais atos da mente são executados, aqueles atos de nomear e definir, por nós mesmos, pois nós mesmos construímos o significado (BERTHOFF, 1990,p. 20)

Sabe-se que o Sistema Penitenciário Brasileiro, devido a sua precariedade, não consegue atingir esses objetivos. Vários são os fatores que colaboram para a não efetivação deles: a) A superlotação das prisões, b) as precárias instalações físicas, c) a falta de treinamento dos funcionários responsáveis pela reeducação da população em situação de prisão. A estes fatores, se acrescenta o que diz respeito ao sistema escolar: salas inadequadas e a formação inadequada dos professores de EJA para este público.

4. A intervenção: dados iniciais

Inicialmente foram feitas visitas ao CRA, visando conhecer melhor as peculiaridades do campo de atuação e a realidade da equipe dirigente da formação continuada para a efetivação do projeto. A equipe é constituída pelo coordenador do projeto, um pesquisador colaborador e uma aluna bolsista de Pedagogia. Essa equipe responsabilizou-se por acompanhar os Professores Formadores, todos do quadro permanente ou contratados da UPE-Campus Garanhuns e a equipe de enfermagem do CRA. Constatou-se que o CRA contava nesse primeiro momento com o número de 7 de professores e de 150 alunos (matriculados) de um total de 800 detentos (aproximadamente), esse número é relativo devido à rotatividade da população da instituição visto que a mesma é um presídio semiaberto. Ressalte-se que essa realidade varia a constituição das turmas dificultando em muito o trabalho docente. Ensina-se as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, ambos na modalidade EJA.

As atividades desenvolvidas junto as professoras do CRA, além de enfocarem aspectos socioeconômicos e políticos da realidade dos alunos orientaram e prepararam aquelas profissionais para o planejamento de aulas considerando os princípios da interdisciplinaridade; condução do processo ensino-aprendizagem para o alcance dos objetivos educacionais focando o desenvolvimento de competências; avaliação processual; relações humanas voltadas para a valorização das artes e manifestações culturais local, regional e nacional; cidadania ativa e saúde.

Nessa perspectiva a formação continuada das professoras foi interdisciplinar e abordou temas das seguintes áreas de conhecimento: Matemática; Português; Alfabetização e Letramento; Ciências Naturais; Arte Educação; Etnografia; Planejamento e Fundamentos da Educação de Jovens e adultos. Os estudos foram centrados no diálogo e na reflexão sobre a ação ou reflexão sobre a prática como já indicado anteriormente. Partia-se geralmente de questões que as professoras desenvolviam em sala de aula e perguntava-se que objetivos poderiam ser alcançados com as atividades. Inicialmente, via de regra, a resposta era um incômodo silêncio como que indicando que as atividades não eram

visando alcançar qualquer objetivo. Ou seja, a atividade se encerrava nela mesma, era o fazer pelo fazer, que pudesse ser enxergada pelo educando como de utilidade para sua vida dentro e fora do presídio. No decorrer desse processo, através de questionamentos simples, o docente vai compreendendo que precisa ter claro propósito e a intenção de sua ação e que precisa deixar claro para o discente o sentido e a utilidade do conhecimento intermediário dessa atividade para a vida dele no ambiente em que está e no ambiente em que viverá. É isso a motivação intrínseca do educando. É isso que dá força para que ele realize o esforço necessário à aprendizagem da motivação extrínseca que acaba com a saída do detento da prisão, a motivação intrínseca o acompanha na conquista da liberdade.

No caso das professoras percebeu-se que há uma lacuna grave na formação inicial, impedindo que elas possam fazer seu fazer pedagógico cotidiano por intermédio dos resultados apresentados pelos alunos e assim, criticamente, aprimorando práticas objetivando torná-las mais atraentes e produtivas. Donald Schön (in: Novoa, 1992) nos avisa que a formação, principalmente dada em universidades, distancia a teoria da prática e os resultados desse distanciamento evidenciam ao final do curso ou quando da atuação profissional. Nesta perspectiva Libâneo, (2002), nos alerta que é necessário vivenciar a atitude reflexiva ultrapassando os limites da sala de aula, ultrapassando também a busca de solução para os problemas imediatos. O mencionado autor manifesta que pela atitude reflexiva ajudado a compreender seu próprio pensamento, a refletir de modo crítico sobre sua prática, a aprimorar seu saber-fazer, internalizando também novos instrumentos de ação" (Libâneo, 2002, p. 70).

5. A intervenção: resultados e discussões

O processo de formação continuada foi desenvolvido em três etapas:

I - Visitas de sensibilização a direção do CRA e dos professores;

Nosso primeiro contato com a área Pedagógica do CRA foi com a professora " 01 " que trabalha no centro de ressocialização e transformou-se numa espécie de memória viva da instituição. Esse contato ocorreu porque, de passagem pelas salas em que aconteciam aulas, ficamos surpresos com o caráter infantilizante das aulas e as professoras utilizavam como recursos para alfabetização dos apenados. Daí ficamos imaginando que conteúdos e atividades poderiam ser trabalhados a partir daqueles suportes.

Na conversa que se seguiu professora " 01 " nos disse que era o que dava para fazer ". Informou que funcionavam ali eram vinculadas a uma escola situada num bairro da cidade de Canhotinho e, ao saber que a Universidade e estávamos ali fazendo um trabalho de pesquisa-ação, nos perguntou se não " podíamos fazer também na educação ". Ficamos de pensar na proposta e dias depois respondemos afirmativamente. Nessa ocasião a professora " 01 " nos apresentou ao Diretor do CRA que simplesmente disse: "se a professora " 01 " tiver uma capacitação é boa então faça".

O segundo passo foi conversar com a direção da escola a qual as turmas do CRA estavam vinculadas. Fomos recebidos com um misto de receio traduzido em muitas interrogações do por que queríamos fazer aquele trabalho. Nesse encontro sabendo que de fato "as turmas do presídio eram um problema para a escola ". E por quê? Porque a taxa de evasão é altíssima; o índice de reprovação também; as professoras tinham medo de trabalhar naquele "ambiente"; a escola ficava desfigurada pelas elevadas taxas de evasão e repetência e a escola era prejudicada no momento de solicitar recursos dos diferentes programas governamentais. Muitas resistências tiveram que ser quebradas até que finalmente conseguimos confirmar um encontro com as professoras. No primeiro contato as professoras afirmaram que nenhuma formação específica em EJA. Tão pouco foram orientadas para trabalhar em ambientes prisionais. A professora "01". Mas, mesmo essa, muito pouco sabia sobre como trabalhar com aquela modalidade de ensino.

Nesse primeiro momento ficamos sabendo que das sete professoras uma (01) é efetiva do município de Caçapava e a outra (01) é efetiva do Estado e cinco (05) são contratadas temporariamente pelo Estado; nenhuma tinha formação em Pedagogia à época, uma era graduada em Geografia, duas estavam concluindo Magistério Superior e as de Magistério de Nível Médio; "que falta material didático-pedagógico adequado, material de expediente e materiais que possam melhorar a qualidade das aulas e atividades"; que 150 detentos-alunos estão matriculados nas salas e estavam em funcionamento. Destaque-se que o número de detentos girava em torno de 850 naquele momento.

frequência às aulas por três dias, por lei, implica em remissão de pena de um (01) dia. Mesmo assim cerca de não se interessavam em frequentá-las. Esses dados mostram que quase nada dos recursos destinados pela Educação Básica eram destinados naquele momento à efetivação regular de docentes e para as atividades naquele Centro de Ressocialização. Com esses dados em mãos a equipe pedagógica começou a preparar sua

II - Elaboração e efetivação de oficinas em diferentes áreas do conhecimento;

As oficinas centralizaram-se em Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos, em Matemática, Alfabetização/Letramento; Arte, Educação e Ciências. Foram realizadas por professoras (as) da UPE/FACET técnica em enfermagem do CRA na escola a qual as turmas estavam vinculadas. Por sugestão da equipe por aproximação com Paulo Freire, as oficinas insidiam ou vinculavam direta e/ou indiretamente os conteúdos à experiência prévia dos educandos. Utilizavam-se fartamente o diálogo reflexivo. Nesse tipo de estratégia o que desencadeia processos cognitivos complexos através de perguntas que começam com; por quê, como, por quem quer falar sobre isso Será que. Quando feitos de forma não constrangedoras esses questionamentos: conhecimento prévio do educando e por esse caminho também mostra o que ele precisa aprender sobre geradoras, suscita debates, aumenta a participação e dão ao professor oportunidade de atuar sobre as específicas de aprendizagem da turma. O foco das indagações deve ser o mundo interior do detento sociocultural externo imediato, próximo e distante. O objetivo é levá-lo a ir construindo autonomamente fundamentais à sua ressocialização e elevação do seu nível de bem-estar pessoal e social. No planejamento foi de grande ajuda o mapeamento do ECRO de um grupo de 20 detentos. Isso possibilitou acesso a equipe por conceitos e valores basilares do mundo cognitivo e afetivo dos educandos facilitando assim a produção e reparadores da epistemofilia que por desventura tenham se instalado neles.

III - O acompanhamento da prática pedagógica após as oficinas.

Foi feito através de uma bolsista de Curso de Pedagogia e acompanhada pedagogicamente pelas professoras. Pelo menos quatro vezes os orientadores estiveram presentes às aulas. O acompanhamento sistemático pelas professoras após as oficinas seguiam as orientações recebidas por ocasião dos encontros de forma resultados e a elaboração de diagnósticos a partir dos quais se projetaram os encontros seguintes de necessidades apresentadas pelas professoras. Possibilitou também a estudante de Pedagogia ter um contato modalidade de EJA, bem como oportunidade para construir saberes docentes sobre o processo de ensino-aprendizagem em situação de privação de liberdade.

Os registros dos acompanhamentos revelam em primeiro lugar um elevado absentéismo. Dos 25 alunos esperados na sala de aula o número real de frequentadores jamais ultrapassou a 15, não sendo raro encontrar salas com vazias algumas vezes. Mesmo assim, os que frequentavam regularmente participavam ativamente das aulas.

Em linhas gerais constatou-se a preocupação das docentes em colocar em prática o que foi vivenciado. Percebeu-se também esforço e determinação por parte da maioria em romper com o tradicionalismo. Os esforços, em parte substancial dos casos, eram prejudicados pelos antigos hábitos pedagógicos, pela falta de recursos didáticos e pelos limites de conhecimentos das docentes.

Relatos das professoras dão conta que no ambiente prisional sua presença tem uma conotação diferente, a partir das possibilidades de sucesso da ressocialização. Nessa direção, a partir da formação continuada e dos ensinamentos, notou-se um crescimento do empenho dessas profissionais em tornar-se uma espécie de bússola de navegação menos perigosa no mundo da prisão e no mundo que se abrirá aos ex-detentos quando as grades lhes privam da liberdade ficarem para trás. Tais professoras, muitas vezes assumem papel, como em outros contextos escolares atuais, de psicóloga, mãe, delegada, médica, consultora sentimental etc. São verdadeiras âncoras de velhos e novos traumas, de construção de novos horizontes.

No que se refere aos discentes, quando os conteúdos abordavam diretamente problemas vivenciados em seu cotidiano, como exemplo de doenças sexualmente transmissíveis, preconceitos contra ex-detentos, direitos humanos, produção artesanal, de produção e comercialização de artigos agrícolas orgânicos, cursos profissionalizantes, e entusiasmo e a participação atingiam níveis tais que a discussão continuava após o tempo normal de aula.

esmeravam-se em fazer as atividades propostas com extrema perfeição. Uma das consequências de crescimento do empenho das professoras em atualizar dados e informações pertinentes as temáticas discutidas, as sugestões dadas no processo de formação continuada.

Em termos estritamente pedagógicos, os diversos temas eram abordados de forma franca e didática, e a linguagem do aluno para logo em seguida traduzi-la para variante linguística padrão utilizada pela linguagem científica. Impressionava a disciplina dos discentes, o respeito a professora, a atenção. Uma surpresa, de encontro com algo longamente esperado e de agradecimento sincero parecia envolver alguns assistimos.

6. Em jeito de conclusão

6.1 O lado luminoso

Esse experimento deixa claro para equipe pedagógica como um todo e para as professoras que no ambiente mesmo em se tratando de um ambiente diferente daquele previsto em sua formação inicial para a profissão, o desejo de se aperfeiçoar, o profissionalismo e os objetivos educacionais são os mesmos da LDB A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade por finalidade; o pleno desenvolvimento do educando; seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualidade de trabalho.

Entretanto, a concepção do processo educativo, ou projeto político pedagógico (se assim desejarem), didático-pedagógicas, as relações interpessoais são substancialmente diferentes. Trata-se de lidar com as circunstâncias da vida, se distanciaram do convívio social e que por isso mesmo são marcadas por uma diferença torná-las objeto de preconceito e de severa discriminação por parte de todos que compõem a sociedade e que transgrediram. O profissional que vai atuar nessa situação precisa estar atento a essas peculiaridades e se preparar para lidar com ela de modo consciente e produtivo. Nesse aspecto, Gadotti (1999, p.62) reforça a importância de trabalhar no reeducando "[...] o ato antissocial e as consequências desse ato, os transtornos legais, as consequências do estigma social". Mais objetivamente, nos dois primeiros anos de vivenciamento do projeto constatou-se o aumento da participação dos alunos nas atividades pedagógicas; redução da evasão escolar em turmas de EJA em cerca de 10%; é considerado por nós o mínimo; aumento na mesma proporção do número de concluintes; aumento da satisfação do professor com o processo de formação. Podemos afirmar então que no período aconteceu uma melhoria no ensino-aprendizagem. Saliente-se que em 2012-2013 o número de detentos matriculados saltou dos 150 atuais para 485, tornando necessário a abertura de novas turmas. A frequência está dentro de índices normais apesar do número de faltosos circunstanciais em torno de 10 e 15%. Consideramos então que dos cinco objetivos enunciados em quatro foram alcançados, pelo menos parcialmente. O segundo deles entretanto, necessita de um acompanhamento mais aprofundado, o que está fora do escopo deste trabalho de formação continuada.

6.2 O lado sombrio

Todavia, constatou-se problemas que comprometem a sustentação das melhorias apontadas acima. O primeiro problema é a rotatividade dos professores que atuam no CRA. Já vimos que dos sete(07) só uma é efetiva do Município e as demais contratadas temporariamente por um período de até dois anos. Resulta disso que depois de um período de formação continuada, quando estão se tornando mais aptas para lidar com as especificidades da educação em meio à privação de liberdade, essas professoras são substituídas por outras sem experiência e o processo tem que começar quase do zero. Junte-se a isso o tempo necessário para realizar o processo de seleção e contratação, que num período de dois meses, e temos uma ideia do tempo pedagógico perdido. Informado as autoridades competentes, ensejou uma luta pela abertura de uma escola autônoma no próprio presídio. Juntos, a Direção do CRA (agora com uma pessoal comprometida com a ressocialização), o Diretor da Gerencia Regional de Educação de Garanhun 01 e a equipe pedagógica do projeto conseguiram tornar realidade esse pleito. A escola foi autorizada a funcionar em 2013 e está em processo de organização. Com isso espera-se resolver o problema da rotatividade de professores, o segundo problema crônico, a falta de materiais de expediente e de recursos didáticos pedagógicos adequados ao contexto da Escola. Entretanto, um terceiro problema começa a ganhar contornos, estamos encontrando dificuldades cada vez mais convincentes ao prosseguimento da formação continuada. Parece que um ou outro responsável pela

atividades pedagógicas não está devidamente convencido das especificidades da educação em situação de liberdade ou não crer ser necessário fazer nada diferente das "capacitações generalistas" que são oferecidas estadual como um todo para tornar essa escola, que é diferente das demais escolas, um caso de possível sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTHOFF, Ann. Prefácio. FREIRE, Paulo e MACEDO, Donald. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da vida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CASSIANO, Carolina. Cella de aula. Revista educação. www.revistaeducacao.FEV/2007.

DOR, Joel. Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1996.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

GADOTTI, M. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo: Scipione, 1999.

LIBNEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro. In: PIMENTA, Selma Garrido, e GHEDIN, Evandro: Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MEDEIROS, Mário e SANTOS, F. Alves. O Conceito de esquema conceitual referencial operativo – ECRO e o processo de ressocialização de presos apenados: um estudo etnográfico-hermenêutico. Revista Brasileira de Educação, n.º 1599; 34, 2011, capturado em 22-06-2013 no endereço <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/12>

RITTER, Terezinha; OLSCHOWSKY, Agnes; LAPIS, Baltasar e KOHLRAUSCH, Eglê. **Grupos Operativos Psicanalíticos (1907-1977)**. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/62007046/Grupos-Operativos> > acessado em: 02/06/2013.

SCHÖN, Donald. Formar professores como profissionais reflexivos. IN NÓVOA, Antonio. Os professores e a formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SOUZA, João Francisco de. Reiventando a Educação de Jovens de adultos: uma modalidade própria de educação. Proposta pedagógica- NUPEP/ UFPE), Recife-PE, 2000.

ONOFRE, M. Cammarossano. Educação escolar entre as grades. EduFScar, São Carlos/SP. 2007

Notas

[i] Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Minho, Braga- PT.

[ii] Mestre em Educação pela UFPB e Doutorando em Educação pela UFMG.

[iii] Graduanda em Pedagogia pela UPE.